
CORPOS PLURAIS EM MOVIMENTO: tessituras metodológicas da pesquisa-ativismo pela sociedade diversa e inclusiva¹

Rafaela Pereira Lima²

Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)

Danusa Tederiche Borges de Faria³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ)

Luisa de Souza Rocha Camargos⁴

Faculdade Jesuíta (Belo Horizonte, MG)

Viviane Pereira Pinto Ferreira⁵

Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG)

Resumo

O artigo discute sistemas de opressão que transformam diferenças em desigualdades no acesso a direitos, dando ênfase ao machismo, à gordofobia e ao capacitismo, e apresenta experiências de enfrentamento a tais sistemas calcados em preconceitos. Aborda especificamente os projetos Lute Como Uma Gordinha e Inclusive Luisa, realizados pela organização da sociedade civil AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs (Belo Horizonte – MG) e parceiros. Apresenta a metodologia de trabalho dos dois projetos, cujo eixo central é a mobilização social: a problematização pública de preconceitos e estereótipos; a realização de ações coletivas que, a um só tempo, reivindicam a cidadania e demonstram na prática que a cidadania reivindicada é um ideal possível; a construção de rupturas no circuito de invisibilidade que é ao mesmo tempo causa e consequência de processos de exclusão social de corpos dissidentes.

Palavras-chave

Diversidade; inclusão; comunicação para a mobilização social; gordofobia; capacitismo.

A AIC e a pesquisa-ação pela sociedade diversa e inclusiva

O presente artigo apresenta e discute tessituras metodológicas de projetos de mobilização social pela sociedade inclusiva desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa e Ação em Diversidade e Inclusão da Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), de Belo Horizonte, Minas Gerais. A AIC é organização da sociedade civil (OSC) que atua nos campos da comunicação e da mobilização social pela promoção de direitos⁶.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense, doutora em Comunicação Social pela UFMG, presidente da organização da sociedade civil AIC – Agência de Iniciativas Cidadãs. E-mail: rafaela@aic.org.br.

³ Doutoranda, mestre em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais, pós graduada em Gestão Escolar e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante da Equipe de Educação Inclusiva da AIC. E-mail: danusa@aic.org.br.

⁴ Pós-graduanda em Juventudes no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta, graduada em Relações Públicas pela Faculdade Pitágoras. Idealizadora e coordenadora do projeto Inclusive Luisa, realizado pela AIC. E-mail: luisa@aic.org.br.

⁵ Graduada em Biblioteconomia pela UFMG; técnica do projeto de extensão ACS Lab, da UFMG; coordenadora de projetos na AIC; fundadora e gestora da organização da sociedade civil – Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias (SABIC). E-mail: viviane@aic.org.br.

⁶ Mais informações sobre a instituição estão disponíveis em seu site: <http://www.aic.org.br>.

O Núcleo de Diversidade e Inclusão da AIC se constitui numa frente de debates, pesquisa, produção de conhecimento e ativismo que tem a promoção da sociedade inclusiva como grande propósito.

O Núcleo tem seus fundamentos teóricos calcados em produções de autoras e autores relacionados a três grandes campos: a discussão das lógicas imbricadas do racismo, do machismo e do capacitismo, e a perspectiva da ética da inclusão, que se contrapõe a tais lógicas; conceitos dos estudos da comunicação para a mobilização social; análises da relação entre os processos, vivenciados por pessoas fora dos padrões corporais considerados socialmente aceitáveis, de invisibilidade, exclusão social e desmobilização.

Há uma longa tradição de estudos e ativismo social que defende que, como bem destaca Cláudia Werneck (2023), o que há de mais característico na espécie humana é a diversidade. Tal autora defende que é preciso legitimar e atribuir valor à multiplicidade de conformações dos corpos, das habilidades e dos modos de viver de todas as pessoas. Diametralmente opostos a essa ética são os estereótipos de pretensos corpos ideais, amplamente difundidos como padrões de perfeição, restritos a uma pequena parcela da população, que deveriam ser invejados e buscados.

Carneiro (2011) nos explica que o racismo, sistema de opressão estruturante da nossa sociedade, estabelece, a partir do marcador raça, que certos humanos seriam mais humanos que os outros, numa lógica em que desigualdades de direitos são postuladas como naturais. Às pessoas negras, taxadas como como portadoras de uma “humanidade incompleta”, não cabe, segundo essa lógica, gozar plenamente dos direitos humanos.

Essa mesma lógica que transforma diferenças em desigualdades é a essência do machismo, outro preconceito estrutural de nossa sociedade, que propaga que as mulheres seriam naturalmente menos capazes que os homens – e, portanto, inferiores aos homens. O machismo promove a negação da mulher como cidadã e protagonista da construção de sua própria vida (cf FERRERO, 2017). E ele é a base do patriarcado: sistema social em que o homem – especialmente branco, cisgênero e heterossexual – ocupa uma posição privilegiada de poder. Na sociedade patriarcal, lembra FOLTER (2021), as relações de poder são marcadas pelo domínio dos homens sobre as mulheres e sobre os demais sujeitos fora do padrão normativo de raça, gênero e orientação sexual.

O mesmo ocorre no capacitismo, preconceito que atribui – ou não – valor às pessoas segundo o seu encaixe – ou não – em determinado padrão corporal.

Nas palavras de Fiona Campbell, estudiosa do tema, o capacitismo é uma

rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (o padrão corporal), que se projeta como o perfeito, o que seria o típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. Deficiência é, assim, disseminada como um estado diminuído do ser humano (CAMPBELL, 2001, p. 44).

Nas definições de racismo, machismo patriarcado e capacitismo, é possível notar que, como bem observou Collins (2019, p. 57), “os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção de injustiça”.

Na AIC, desenvolvemos práticas e reflexões voltadas ao enfrentamento de lógicas, estruturas e mecanismos de opressão que se interseccionam na produção de injustiças, gerando interdições ao acesso à cidadania.

Metodologia de atuação e construções em curso

O olhar interseccional vai em busca da compreensão dos mecanismos, entrelaçados, de produção das desigualdades e das injustiças. Um desses mecanismos é o ciclo da invisibilidade, conceito de Werneck (2012): pessoas cujas corporalidades são dissidentes dos padrões hegemônicos – por exemplo, pessoas com deficiência e pessoas gordas, sendo a maioria delas mulheres e negras – via de regra, circulam pouco pela cidade, em função de barreiras de acesso e de traumas relacionados a preconceitos sofridos. Com isso, acabam não sendo percebidas como membros da comunidade, nem tampouco como sujeitos de direitos. Assim, seguem invisíveis, segregadas e desmobilizadas.

A AIC busca identificar, analisar e desconstruir esse ciclo de invisibilidade, em diferentes contextos. Combinando pesquisa, ação e reflexão, aciona o repertório de conceitos e estratégias de ação identificadas pelos estudos da comunicação para a mobilização social⁷.

Um conceito central de tais estudos é exatamente o de mobilização social: processos em que coletividades que, ao se perceberem afetadas por problemas de interesse público, passam a se articular, a promover debates – a construir esferas de problematização pública de situações de preconceito, injustiça e exclusão social – e, assim, conclamam a sociedade à transformação de realidades de opressão.

⁷ Uma obra basilar dos estudos mencionados é HENRIQUES, 2004. Um panorama de tais estudos encontra-se em SILVA;HENRIQUES, 2022.

Nossa atuação volta-se, fundamentalmente, à mobilização social: a identificar, analisar e promover a problematização pública de processos de exclusão social calcados em sistemas de preconceito. Para fazê-lo, os projetos da Agência de Iniciativas Cidadãs combinam ações participativas de pesquisa e ativismo.

A seguir, abordaremos, de forma breve, dois projetos realizados pela AIC e parceiros a partir dessa perspectiva que conecta pesquisa e mobilização social: “Lute como uma gordinha” e “Inclusive Luisa”.

Lute como uma gordinha: mobilização contra a gordofobia na escola

“Lute como uma gordinha” é uma publicação literária infantil (JIMENEZ; REIS; GOMES; STEFFEN, 2022) que conta a história de caminhos de enfrentamento à gordofobia construídos por uma menina negra gorda, em interação com a comunidade escolar da qual faz parte, quando sofre *bullying* de cunho gordofóbico em tal escola.

O livro foi ponto de partida para uma série de encontros de sensibilização e mobilização que foram realizados de setembro a dezembro de 2022 em bibliotecas comunitárias e escolas públicas das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, sempre envolvendo estudantes e educadoras do 1º ciclo do Ensino Fundamental. Nos encontros, as autoras do livro convidaram alunas e alunos à participação em jogos teatrais – a proposição era que as crianças encenassem situações narradas na publicação – e, em seguida, promoveram rodas de conversa.

A iniciativa foi realizada pelas entidades parceiras AIC e Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias - SABIC (que implanta bibliotecas comunitárias e fomenta a leitura nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte), em colaboração com o Instituto Diversas (de ativismo pela diversidade corporal, contra a gordofobia e outras violências machistas). O projeto levou o debate problematizador da gordofobia a seis mil alunos de escolas de redes públicas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e de cidades vizinhas das duas capitais.



Figura 1 – Reprodução de páginas do livro Lute Como Uma Gordinha (o livro está disponível para download em: <https://aic.org.br/saberes-compartilhados/lute-como-uma-gordinha/>)



Figura 2 – Fotos de encontro de lançamento do livro na Biblioteca Comunitária Calasanz (BH / MG), realizado junto a turma da Escola Municipal Francisco Bressane de Azevedo. Fotos: Mayra Marques e Daniel Dorledo.

Os encontros fomentaram diálogos nos quais, a partir de situações vividas pela protagonista da obra, problemas do cotidiano foram lembrados e debatidos. Desse modo, foi criada uma esfera de problematização pública do tema da gordofobia, de modo a promover a mobilização social de estudantes e educadoras/es para a mitigação do problema nas escolas públicas.

A ação tirou da invisibilidade e do sofrimento silencioso várias situações de *bullying* sofridas em sala de aula, majoritariamente por meninas. Em grupos focais e entrevistas em profundidade realizadas junto a participantes logo após a atividade, a equipe do projeto viu-se diante de inúmeros relatos de casos graves de *bullying* e de adoecimento psíquico de garotas, usualmente tratados como “brincadeiras inocentes”.

Pudemos perceber, nos depoimentos coletados, como as vidas de meninas estudantes do Ensino Fundamental e de suas professoras são atravessadas pela naturalização da gordofobia no cotidiano. Diversas participantes nos relataram que, quando o *bullying* foi problematizado a partir do livro, abriu-se um espaço para que casos vivenciados fossem percebidos e tratados não como vergonhas e humilhações privadas, mas como episódios de violência e injustiça, calcadas em preconceito. Elas nos relataram, ainda, que a atividade de performar cenas do livro e conversar sobre elas foi uma experiência concreta de respeito e valorização dos diferentes corpos, na contramão da lógica de humilhação que é imposta pelo *bullying*. Destacamos, a seguir, depoimentos que trazem essas reflexões.

Como uma menina gordinha que ouviu durante toda infância que era “roliça” e hoje, como uma mulher e professora gorda que sofre o imperativo estético da magreza, considero a obra “Lute como uma gordinha” uma leitura necessária. Eu me sinto representada pela personagem da história. Porém, na escola, as falas gordofóbicas estão presentes também entre os professores, camufladas nos comentários “inocentes” em prol de uma alegada preocupação com hábitos saudáveis, e reiteradas em assuntos recorrentes nas conversas, como as receitas de dietas da moda e a busca por cirurgias bariátricas. Trazer para a escola essa discussão ampla sobre identidade, empoderamento e respeito à diversidade dos corpos é uma necessidade. (Depoimento da professora Rosana Magalhães, 2022)

Ainda ontem, uma de nossas alunas foi verbalmente agredida por um colega, que disse: “você é feia, gorda, lixo”. A atividade do livro “Lute como uma gordinha” foi importante para aprofundar um debate, que iniciamos a partir de tal caso, sobre o problema do *bullying*. Como o relato das escritoras, e a leitura da história, representam nossas estudantes, que recebem constantes palavras duras, afiadas e depreciativas sobre seus corpos! Como educadora, me sinto feliz por ter tido a possibilidade de oportunizar aos estudantes esse momento de reflexão aberta e franca sobre gordofobia, autopercepção, autoaceitação, autorrespeito e respeito ao outro. Não tem preço ver a adolescente que havia sido profundamente ferida por palavras preconceituosas se sentir representada, empoderar-se e sorrir! (Relato da professora Rosemary Canuto, 2022)

Quando eu cheguei aqui, eu estava muito triste, sabe? Chorei muito ontem, porque um menino da escola me chamou de “lixo”. Eu estava me sentindo feia e achando que ninguém gostava de mim. Mas agora eu me animei. Foi muito legal ir lá na frente, com as professoras (escritoras do livro). Nosso corpo é bonito do jeito que for. Não vou esquecer disso nunca! (Depoimento da estudante L.M.F, 2022)

Chamou nossa atenção o fato de que todas as educadoras e boa parte das turmas de estudantes participantes da atividade associaram a gordofobia a violência de gênero: a violência que as meninas sofrem ao ouvir “palavras duras, afiadas e depreciativas sobre seus corpos”, como destacou a professora Rosemary. Outro aspecto que vale ser mencionado é que, ao avaliar as discussões, algumas educadoras, como a professora Rosana, manifestaram um incômodo e questionaram lógicas gordofóbicas presentes no discurso da própria equipe escolar. Elas identificaram práticas de vigilância e controle dos corpos das mulheres, muitas vezes disfarçadas de cuidado, de “preocupação com a saúde”, e deram vários exemplos, em diálogos cotidianos, da reprodução da lógica “tem que ser magra a qualquer custo”.

A estudiosa do tema da gordofobia Malu Jimenez (2018), a partir do conceito de biopoder de Foucault (1997), destaca que os processos de vigilância dos corpos, todo o tempo julgados a partir de padrões pretensamente universais de saúde e funcionalidade ditados pelo saber médico, são mecanismos de subjugação e controle das populações. Mecanismos, esses, que na sociedade patriarcal constituem uma estrutura de opressão das mulheres. Jimenez lembra que, conforme defende a feminista Naomi Wolf, o mito da beleza (na contemporaneidade, o padrão corporal magro, “sarado” e jovem) “não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens”. Como resultado, ressalta a pesquisadora, milhões de meninas e mulheres passam fome, machucam ou mutilam seus corpos em busca de um padrão corporal muitas vezes inalcançável, que acreditam que lhes garantiria aceitação social.

O que verificamos, nos encontros do “Lute Como Uma Gordinha” e nas falas das participantes da atividade, foi que incômodos foram vocalizados e, assim, se fez possível a quebra do usual silêncio em torno do tema. Silêncio, esse, que é ligado ao fato de o preconceito de cunho gordofóbico ser muito enraizado e naturalizado, além de muitas vezes se apresentar sob o disfarce de “conselho de saúde”, conforme discutido acima.

O silêncio também é decorrente do fato de que boa parte dos episódios de *bullying*, por serem muito humilhantes e degradantes, culpabilizam e envergonham profundamente a vítima, que acaba preferindo se calar.

Com base na experiência, acreditamos que desvelar o preconceito e conversar sobre ele de maneira franca, como destacou uma das educadoras, quebra o ciclo de silêncio e, conseqüente, tira da invisibilidade tanto as atitudes preconceituosas quanto o sofrimento das vítimas. Complementarmente, quando no debate se atribui dignidade e valor ao corpo gordo, abrem-se possibilidades concretas de expressão da diversidade dos corpos na escola e de mitigação do *bullying*. Isso é especialmente importante se considerarmos que o estresse tóxico relacionado a agressões físicas, morais e verbais, vivenciadas sobretudo nos ambientes escolar e familiar, é um importante fator de risco para a depressão na infância (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2017).

Outro aspecto a ser ressaltado é que, muitas vezes, ao se colocar a gordofobia em discussão, outros preconceitos estruturais vêm à tona no debate – uma vez que, conforme já indicamos, os processos de discriminação e produção de desigualdade se interseccionam.

É disso que nos fala um dos estudantes que participou de um encontro “Lute Como Uma Gordinha”:

Participar do lançamento do livro e conhecer as autoras foi legal, eu nunca tinha conhecido alguém que fosse autor de um livro. Elas são iguais à gente e falam de coisas que a gente passa na escola. Eu nunca fui chamado de gordo, mas já chorei por ser chamado de preto e macaco. Isto dói igual a ser chamado de gordo. (Depoimento do estudante B.R.A, 2022)

Inclusive Luisa e a mobilização pela sociedade inclusiva

Assim como o “Lute como uma gordinha”, apresentado nas linhas acima, “Inclusive Luisa” é um projeto da Agência de Iniciativas Cidadãs que promove a sociedade plural e diversa. O foco da iniciativa é a mobilização social pelos direitos das pessoas com deficiência. Na concepção e na liderança desse projeto está Luisa Camargos, que é a primeira pessoa com Síndrome de Down (SD) a se formar e a atuar profissionalmente como Relações Públicas no Brasil, bem como a ingressar num curso de pós-graduação. Ela também é uma das autoras do presente artigo.

Na AIC, Luisa desenvolve diversas ações convergentes de mobilização social na perspectiva da inclusão, sobretudo da pessoa com deficiência. A principal delas é a realização do próprio projeto “Inclusive Luisa”, que trata do tema em diferentes mídias e espaços. Mas a RP também atua como educadora e palestrante em eventos acadêmicos e do terceiro setor; faz conversas de sensibilização com a equipe e parceiros; realiza atividades de formação de professores de redes públicas.

A chegada de Luisa provocou na instituição mudanças em suas práticas cotidianas quanto ao trato da inclusão. Isso se confirma nas falas das colaboradoras, entrevistadas por Luisa, que atuaram com ela em ações e projetos.

Karla Damiani, uma das pioneiras nas ações de diversidade e inclusão da AIC, foi quem descobriu Luisa Camargos, numa reportagem, em 2018. De imediato, ela percebeu que seria importante convidar Luisa para atuar na instituição: a conexão entre a AIC e a primeira pessoa com SD a se formar e atuar profissionalmente como Relações Públicas no Brasil seria uma excelente oportunidade para mostrar, na prática, a construção do ideal da sociedade inclusiva. Karla fala do momento da chegada da profissional à AIC:

Desde 2016, eu atuava em um projeto da AIC de formação de professores para a prática da educação inclusiva. Isso me deu a oportunidade de desmistificar várias crenças do senso comum sobre as pessoas com deficiência. Então, quando eu conheci a Lu, já sabia e apostava na capacidade dela de realizar coisas incríveis. Tudo o que eu tinha aprendido antes já me fazia acreditar que ela seria uma profissional importantíssima para a AIC. Eu sabia que era fundamental ter pessoas diversas trabalhando com a gente, independentemente da formação... E a Luisa era formada e já demonstrava muito talento justamente numa de nossas principais áreas de atuação – a comunicação social –, o que era melhor ainda! (Trecho de entrevista com Karla Damiani, 2023)

Como afirma um dos mais emblemáticos slogans da luta das pessoas com deficiência, “nada sobre nós, sem nós”, a chegada de Luisa provoca e constrói na instituição novas formas de se *pensar/fazer* inclusão: formas que vão sendo instituídas naturalmente, por meio do trato cotidiano e da relação com Luisa no ambiente profissional. Desde o primeiro momento, ela se destacou pela dedicação e pelas contribuições que deu à entidade. Karla relata a primeira surpresa positiva.

De início, a previsão era que a Luisa desse uma contribuição mais técnica à organização de eventos e reuniões, bem como à produção de conteúdos, por exemplo, para redes sociais – uma

contribuição ao que a AIC já fazia, dentro das especificidades do trabalho de Relações Públicas. Só que ela, por ser muito ativa nas redes sociais, nos provocou, inspirou e deu ideias para incrementarmos nosso trabalho nessa frente – tanto que as redes sociais da AIC mudaram muito depois da chegada da Luisa. Ela deu o exemplo e vimos que precisávamos investir mais nas redes sociais. (Trecho de entrevista com Karla Damiani, 2023)

Foi também no fazer cotidiano que descobrimos que a atuação de Luisa seria ainda maior e ganharia mais força e sentido na luta contra o capacitismo, pois seu exemplo serviria como forma de incentivar e mobilizar novos parceiros a também voltarem seus olhares para a inclusão da pessoa com deficiência. Pensando nisso e tendo a causa da diversidade e inclusão como propósito da AIC, cria-se na instituição, junto com Luisa, um projeto pioneiro, que tem a mesma como protagonista. Nasce o “Inclusive Luisa”, em 2020, com a criação de um site e em seguida, no ano de 2021, do podcast Inclusive Luisa.

O site do projeto é um grande repositório. Reúne notícias, artigos, vídeos e séries de podcasts que tratam do cotidiano, dos desafios e das conquistas da luta por direitos de cidadania construída pelas pessoas com deficiência, pelos familiares delas e por lideranças que atuam no campo da promoção da diversidade.

Em cada história de vida registrada em podcast, o público tem a oportunidade de se aproximar das vivências do dia-a-dia de quem desafia preconceitos. Rafael Cavalcante, atleta medalhista bicampeão da seleção brasileira de futsal, foi um dos entrevistados do podcast. Assim como Luisa, ele também tem Síndrome de Down. Rafael lembra que exercer uma profissão, trabalhar para construir uma carreira – no caso dele, no esporte – nada mais é do que a oportunidade de

realizar a minha história, realizar o meu sonho, viver o meu empoderamento, interagir com as pessoas, sair com os amigos para a balada, namorar, trabalhar, ser um adulto... fazer as coisas que todo mundo faz.

Além de ouvir e difundir histórias como a de Rafael, Luisa promove a causa da sociedade inclusiva ao circular por variados espaços, contando a própria história e destacando o que sua trajetória tem de concretização desse ideal.

Em apenas três anos desde sua criação, o projeto Inclusive Luisa já realizou inúmeras publicações no site, compartilhando a rotina e a vida da RP, bem como já executou quatro temporadas do podcast, que está caminhando para a 5ª temporada (a ser lançada em setembro de 2023).

Para ilustrar um pouco dessa trajetória de trabalho, seguem imagens do site e de e-flyers de divulgação de alguns dos podcasts já realizados.



Figura 3 – Tela de abertura do site Inclusive Luisa (<https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/>)



Figura 4 – Imagens de e-flyers de divulgação do podcast Inclusive Luisa: Luisa Camargos, protagonista do projeto e do podcast; Mariana Rosa, mulher com deficiência (baixa visão), jornalista, mãe da Alice – criança com paralisia cerebral -, educadora e militante; Alex Duarte, escritor, cineasta e defensor da causa; Fernanda, pedagoga, que estuda e atua pela inclusão profissional da pessoa com deficiência; Izabela Campos, paratleta PcD_visual; Wilson Mingote, professor da Faculdade Pitágoras e tio de uma criança com deficiência – o que mudou inteiramente sua forma de perceber a questão –; Neusa Loureiro (*in memoriam*), psicopedagoga da Luisa. Criação artística das peças: Bruna Lubambo, Jéssica Kawaguiski e Lucas de Pedro.

“Não é a deficiência que vai impedir a gente de ser um cidadão como as outras pessoas, mas eu demorei a ter consciência disso. Com 18 anos, eu não sabia nem ler, nem escrever, não sabia nada do mundo!”. Essa fala de Izabela Campos, mulher negra e com deficiência visual, também está num dos podcasts do projeto Inclusive Luisa.

Consideramos oportuno trazer tal fala para lembrar que, infelizmente, o caso da protagonista do projeto é uma exceção no contexto brasileiro. Luisa teve acesso a uma oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional que, infelizmente, são negadas à grande maioria dessa população.

O levantamento “Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil”, realizado pelo IBGE em 2022, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, indica que 7 em cada 10 pessoas com deficiência estão fora do mercado de trabalho. Além disso, o salário médio dessa população é R\$ 1 mil menor que o de pessoas sem deficiência. No que diz respeito ao acesso desse segmento à educação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (IBGE, 2023) do 3º trimestre de 2022 apontou uma taxa de analfabetismo de 19,5% entre as pessoas adultas com deficiência, enquanto para as pessoas sem deficiência a taxa do período foi de 4,1%. Segundo a mesma PNAD, apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluíram o Ensino Médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência têm tal nível de instrução.

O capacitismo, como os dados acima expressam de forma cristalina, transforma diferenças em profundas desigualdades. Aqui também se reproduz o circuito de invisibilidade: as pessoas com deficiência não têm acesso aos espaços de sociabilidade, educação, trabalho e lazer, e isso perpetua sua invisibilidade – tanto literal quanto na perspectiva de sujeitos de direitos. Por isso, a importância de uma iniciativa como o projeto Inclusive Luisa, liderado por uma Relações Públicas com Síndrome de Down, que dá visibilidade a pessoas com deficiência a um só tempo lutando por cidadania e exercendo a cidadania.

Os e as participantes das atividades do projeto, nas entrevistas e grupos focais voltados à construção de compreensões sobre os processos em curso, nos falam do quanto experiências concretas inspiram e mobilizam:

Atuar no Inclusive Luisa e conviver com a Luisa criou uma rede nova pra mim e me abriu um caminho novo. Me fez e me faz refletir que cada um de nós, independentemente de quem seja e da vida que leve, pode ter um espaço em sua vida para pensar sobre o outro, para se perguntar como o outro existe no mundo e como pode ajudar para que a existência desse outro no mundo seja a melhor possível. A Luisa faz isso o tempo todo. Ela é um exemplo que nos mostra que podemos, juntos, criar uma sociedade mais inclusiva, compreendendo que o acesso a oportunidades tem que ser garantido pra todas as pessoas, cada um com as suas especificidades e necessidades. (Trecho de entrevista com Sarah Dutra, 2023)

Essa é a proposta. Afinal, “todo mundo cabe no mundo, e o mundo fica melhor quando todo mundo cabe nele” é o slogan do projeto Inclusive Luisa. O que está em jogo, enfim, é o próprio entendimento da palavra diversidade. A multiplicidade de seres vivos que habitam nosso planeta é garantidora do equilíbrio dos ecossistemas e essencial à própria manutenção da vida. Na perspectiva específica da espécie humana, a combinação entre as mais variadas perspectivas de mundo, modos de interagir, sensibilidades, compreensões e distintas habilidades está na base de nossa capacidade de criação, de solução colaborativa de problemas complexos, de adaptação.

Vem da compreensão do caráter literalmente vital da diversidade o preceito que alicerça o ativismo contemporâneo pela sociedade inclusiva. A ideia de que é preciso respeitar a diversidade é considerada, por tal ativismo, limitada. É preciso ir além e compreender que ela é uma riqueza humana, a ser celebrada e valorizada.

O Inclusive Luisa se alinha a essa perspectiva e busca ser um espaço de vivência, expressão e celebração da diversidade. No trabalho cotidiano, nas histórias contadas, no exemplo da trajetória da protagonista do projeto, a iniciativa demonstra que a sociedade aberta à diversidade é um ideal que pode e precisa ser construído em todos os espaços, todos os dias.

Para finalizar, é sempre bom enfatizar o que diz o 1º artigo da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

A deficiência é, portanto, uma produção social: nossa sociedade está muito longe de assegurar o acesso de todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas singularidades, à dignidade e aos direitos. Por isso, e para espalhar a compreensão que a diversidade humana é uma riqueza, reafirmamos: a construção da mobilização social é o principal propósito que anima nossos fazeres, reflexões e investigações.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Adriana. **Espelho de Alice**. [S. l.]: Wordpress, 2015. Disponível em: <https://espelhodealice.wordpress.com/2015/12/18/dos-corpos-todos-maravilhosos/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FERRERO, Clara. O vocabulário feminista que todos já deveriam estar dominando em 2017. *El País*, 11 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/cultura/1499708850_128936.html. Acesso em: 10 fev. 2023.

FOLTER, Regiane. O que é patriarcado? *Politize!*, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/>. Acesso em 10 de julho de 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html>. Acesso em 10 jul. 2023.

_____. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. *Agência IBGE de Notícias*, 07 jul. 2023. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em 10 jul. 2023.

JIMENEZ, Malu. O corpo gordo feminino como resistência!. *Site Lute Como Uma Gordá*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://lutecomoumagorda.net/2020/01/14/o-corpo-gordo-feminino-como-resistencia/>. Acesso em 10 jun. 2023.

JIMENEZ, Malu; SANTOS, Cláudia Reis; GOMES, Rosane; STEFFEN, Analu. **Lute como uma gordinha**. Belo Horizonte: AIC: SABIC, 2022.

LIMA, Rafaela Pereira; SANTOS, Elias Pereira (org.). **Imagem comunitária: relatos e reflexões sobre comunicação participativa e cidadã no Brasil**. Belo Horizonte: AIC, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: ONU, 1948.

SILVA, Daniel Reis; HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos**. Belo Horizonte: Autêntica: AIC, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **O papel do pediatra na prevenção do estresse tóxico na infância (Manual de Orientação)**. Rio de Janeiro: SBP, 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

WERNECK, Cláudia. **Você é gente?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2003.

_____. **Quem cabe no seu todos?**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2012.

_____. **Conceito de escola inclusiva ainda é pouco compreendido no Brasil**. Publicação online. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/conceito-de-escola-inclusiva-ainda-%C3%A9-pouco-entrevista-claudia-werneck/?originalSubdomain=pt>. Acesso em 10 jul 2023.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.